



Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Geografia - UFPR

GEOGRAFIA E EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE DA ABORDAGEM SOBRE OS POVOS INDÍGENAS NOS LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA ENTRE 1950 E 2010

GEOGRAPHY AND EDUCATION: AN ANALYSIS OF THE APPROACH ABOUT INDIGENOUS PEOPLE IN GEOGRAPHY TEXTBOOKS BETWEEN 1950 AND 2010

(Recebido em 22-04-2020; Aceito em: 23-05-2023)

Airton Rosa Lucion Guites

Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria
Professor efetivo de Geografia na Prefeitura Municipal de Bossoroca – Bossoroca, Brasil
airtonlucion@gmail.com

Eduardo Schiavone Cardoso

Doutor em Geografia pela Universidade de São Paulo
Professor titular do Departamento de Geociências na Universidade Federal de Santa Maria – Santa Maria, Brasil
educard@smail.ufsm.br

Resumo

O presente artigo apresenta os resultados da dissertação de Mestrado em Geografia defendida na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), em dezembro de 2019. O Brasil é uma nação formada através da miscigenação de diversas etnias, dentre as quais há os povos indígenas. A Geografia, sendo uma ciência que se dedica a estudar a relação entre a sociedade e a natureza, deve analisar a questão indígena pela ótica da territorialidade, da organização espacial e da participação social enquanto agentes políticos. Por meio de materiais de ensino, como os livros didáticos, a Geografia insere-se no campo educacional e oferta aos alunos o desenvolvimento da capacidade de observar, interpretar e refletir a realidade. Apesar de haver muitas críticas metodológicas sobre os livros didáticos, eles ainda são os materiais de maior acesso e disseminação nas escolas brasileiras. Sendo assim, tem-se o tema deste artigo, que é a representação dos povos indígenas nos livros didáticos de Geografia. Serão analisados e investigados, por meio de critérios específicos, a forma como os indígenas são abordados pela Geografia em obras desse segmento entre as décadas de 1950 e 2010. Como resultados, os livros didáticos foram divididos em três períodos, em que apresentaram transformações metodológicas sobre a abordagem dos povos indígenas, mas ainda possuem muitos aspectos a percorrer, na busca de um tratamento condizente com a importância desses povos na formação econômica e espacial brasileira.

Palavras-chave: Geografia; Povos Indígenas; Livro didático; Educação; Ensino.

Abstract

This article presents the results of the Master's thesis in Geography defended at the Federal University of Santa Maria (UFSM) in December 2019. Brazil is a nation formed through the miscegenation of different ethnic groups, among which there are indigenous peoples. Geography, as a science dedicated to the study of relationship between society and nature, must analyze the indigenous question from the perspective of territoriality, spatial organization and social participation as political agents. Through teaching materials, such as textbooks, Geography is inserted in the educational field offering students the opportunity to develop their ability to observe, interpret and reflect on reality. Although there are many methodological criticisms of textbooks, they are still be the materials with the greatest access and dissemination in Brazilian schools. Thus, there is the theme of this article, which is the representation of indigenous peoples in Geography textbooks. Will be analyzed and investigated, through specific criteria, the way indigenous people are approached by Geography in works of this segment between the 1950s and 2010s. As a result, the textbooks were divided into three periods in which they presented methodological transformations on the approach to indigenous peoples, but still have many aspects to go through in the search for a treatment consistent with the importance of these peoples in the Brazilian economic and spatial formation.

Key-words: *Geography; Indigenous people; Textbook; Education; Teaching.*

Introdução

Os indígenas, assim como outras etnias, formam o Brasil. E não são importantes apenas pelo seu significado no passado histórico, mas principalmente porque são fundamentais na atualidade como agentes sociais e políticos que formam as estruturas e conexões do território nacional. A incansável batalha por visibilidade rendeu conquistas, pois os povos indígenas possuem seus direitos assegurados pela jurisdição e são pautas na mídia e em debates em Brasília. Ser indígena é cultivar e sentir as crenças, a moral, a ética e as tradições de uma etnia, é resistir em meio a pressão de um mundo globalizado que persiste em homogeneizar culturas, é enfrentar todo tipo de injustiça que a sociedade nacional venha a promover por menosprezar os sentimentos e as vivências de um povo.

À ciência geográfica cabe analisar os povos indígenas brasileiros sob a ótica das contribuições de seus conhecimentos tradicionais à Geografia do Brasil; bem como a forma pela qual tais etnias se organizam espacialmente na sociedade; sua relação com as categorias de análise desta ciência (território, espaço, paisagem, região e lugar); suas articulações como agentes sociais e políticos no espaço geográfico; e sua representação no processo de ensino-aprendizagem. Os povos indígenas podem ser estudados na Geografia Escolar e acadêmica por vários aspectos, uma vez que formam o território e a sociedade no Brasil, buscando articular seus conhecimentos tradicionais com as noções científicas, como por exemplo na análise da toponímia, pois a nomenclatura de muitos lugares, rios,

montes e cidades, tem sua origem nas línguas indígenas tradicionais ou no *nheengatu*¹, bem como o nome plantas, animais, alimentos e seus processos produtivos.

Trazer o olhar geográfico para a questão indígena nos livros didáticos do componente curricular é fundamental para construir o senso crítico nos estudantes, a fim de que eles compreendam as injustiças cometidas ao longo da História do país e que ainda persistem por meio de preconceitos construídos no imaginário coletivo e também por pressões políticas para alterações da legislação que interfere no modo de vida dessa população.

A Geografia pode contribuir para o esclarecimento de ideias generalizadoras que inferiorizam os indígenas e prejudicam a compreensão da sua realidade. A Geografia pode fomentar nos discentes a reflexão sobre a territorialidade indígena na atualidade e suas implicações políticas adiante dos avanços do agronegócio, do extrativismo ilegal e da visibilidade alcançada pelas reivindicações por meio das mídias digitais, ganhando cada vez mais força.

O presente artigo apresenta os resultados da dissertação de Mestrado em Geografia, defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), em dezembro de 2019, cujo objetivo geral consiste em analisar a representação dos povos indígenas do Brasil nos livros didáticos de Geografia do Ensino Fundamental; e tem como objetivos específicos: (1) Verificar o modo como a cultura e cidadania dos povos indígenas do Brasil são representados nos livros didáticos de Geografia; (2) Investigar sobre o contexto histórico em que os livros didáticos foram produzidos para compreender a visão geográfica colocada pelo autor e pela editora que desenvolveram a obra.

Relação entre indígenas, ciência geográfica e livros didáticos

Para refletirmos sobre a questão dos povos indígenas no Brasil, é imprescindível que compreendamos a definição de indígena na ciência. Existem vários estudiosos que estabeleceram suas definições para as palavras “índio” ou “indígena”, bem como a legislação nacional faz menção a definições oficiais e políticas. Segundo Riberio (1970):

Índigena é, no Brasil de hoje essencialmente, aquela parcela da população que apresenta problemas de inadaptação à sociedade brasileira, em suas diversas variantes, motivados pela conservação de costumes, hábitos ou meras lealdades que a vinculam a uma tradição pré-colombiana. Ou, ainda mais amplamente: índio é todo indivíduo reconhecido como membro por uma comunidade de origem pré-colombiana que se identifica como etnicamente diversa da nacional e é considerado indígena pela população brasileira em que está em contato. (RIBEIRO, 1970, p. 230).

¹ Segundo Ribeiro (1995), o *nheengatu* é o resultado da mistura das línguas Tupi com o português. Foi a língua mais falada no Brasil por alguns séculos do período colonial, mas permaneceu sendo disseminado em alguns locais do território mesmo depois, nos períodos imperial e republicano do Brasil.

Sendo assim, a ideia de indígena que norteia as obras de Ribeiro denota a uma relação das etnias que sobreviveram ao contato com o colonizador e mantém vínculos com seu passado mais remoto, ainda anterior à chegada de Pedro Álvares Cabral (1467-1520). Neste sentido, o antropólogo Melatti (1993) faz a seguinte definição para indígena:

Os europeus, ao chegarem na América, deram a seus habitantes a denominação de índios por pensarem estar pisando nas terras das Índias. Mesmo depois que suas explorações os levassem a perceber seu engano, demonstrando que a América constituía um continente à parte, distinto da Ásia, os habitantes do Novo Mundo continuaram a ser chamados de índios. MELATTI, 1993, p. 19).

Pela concepção de Melatti, observamos que o erro histórico da “descoberta” do Brasil, mesmo que questionável por alguns historiadores, foi decisivo na hora de definir o nome dos povos que já habitavam no território que hoje compreendemos como Brasil.

Com relação ao livro didático, podemos defini-lo como um suporte ao professor para a elaboração de suas aulas e uma fonte de conhecimento aos alunos para o estudo dos mais diversos componentes curriculares. Porém, não deve ser visto como a única fonte, nem ao professor e tampouco aos alunos. Segundo Vesentini (1989):

Ao invés de aceitar a “ditadura” do livro didático, o bom professor deve ver nele (assim como em textos alternativos, em slides, ou filmes, em obras paradidáticas, etc.) tão somente um apoio ou complemento para a relação ensino e aprendizagem que visa a integrar criticamente o educando ao mundo. (VESENTINI, 1989, p. 167).

O pensamento de Vesentini versa em criticar a forma de uso do livro didático nas escolas brasileiras. Todavia, esse material desempenha outras funções na sociedade além do ambiente escolar. Choppin (2004) afirma que existem quatro funções dos livros didáticos: função referencial, função instrumental, função ideológica ou cultural, e função documental.

A função referencial é compreendida quando o livro didático segue com rigidez o programa, constituindo um suporte de conteúdos educativos, sendo visto com um “depositário de conhecimentos, técnicas e habilidades”. A função instrumental é observada quando o livro didático colocar em prática métodos de aprendizagem ao propor exercícios e atividades que permitam a rápida memorização, gerando assim a possibilidade da aquisição de competências disciplinares ou transversais, com análise ou resolução de problemas. (CHOPPIN, 2004).

Em relação à função ideológica ou cultural do livro didático, é possível afirmar que é a função mais antiga deste material de ensino, pois desde o século XIX o Estado apropriou-se desses livros para disseminar a língua, a cultura e os valores de uma sociedade. O Estado, então, reconhece o livro

didático como um símbolo da soberania nacional, tal qual a bandeira e a moeda, assumindo neste sentido um papel político imensurável. (CHOPPIN, 2004).

Por fim, e não menos importante, a função documental é perceptível nos livros didáticos a partir do momento em que o mesmo passa a fornecer um conjunto de documentos, textuais ou icônicos, em que a observação ou confrontação podem fomentar o espírito crítico no aluno, tornando-o autônomo dentro do processo de ensino-aprendizagem. (CHOPPIN, 2004).

Até o século XX, não havia nenhuma obrigação legal para as escolas, instituições ou livros didáticos abordarem a questão indígena por meio dos componentes curriculares no processo de escolarização. Contudo, a Lei nº 11.645/2008, que diz respeito à inserção da cultura indígena nas escolas, juntamente com a cultura afro-brasileira, tentou mudar tal situação. Como bem destacaram Pereira, Miotto e Noda (2018, p. 42), “as narrativas históricas contidas nos livros didáticos são sempre decorrentes de escolhas políticas de seus produtores e das circunstâncias que influenciaram essa produção”. Sobre as ideologias, os autores complementam:

Sabe-se que atualmente nenhum não índio se veste como Pedro Álvares Cabral e nem por isso deixa de ser brasileiro. Aceita-se que todas as culturas sofrem transformações, no entanto, o discurso preconceituoso não aceita essas transformações quando se refere aos indígenas. Se o indígena usa relógio, celular, ou simplesmente veste uma roupa, acaba sendo definido como aculturado e como não índio. A calça *jeans*, por exemplo, não é uma invenção brasileira, tantos brasileiros a usam e não se tornam norte-americanos, ou ninguém se torna japonês ao gostar de comer *sushi*, mas quando um indígena compra uma moto ou usa um relógio o discurso julgador preconceituoso rapidamente já considera “aculturado” ou um “indígena” que “não é mais tão indígena”. (PEREIRA; MIOTTO; NODA; 2018, p. 45).

Por fim, vale destacar que o termo “índio” carrega noções preconceituosas e generalistas, que resultaram em amplo debate de movimentos sociopolíticos indígenas por décadas, culminando na alteração da data instituída e celebrada em 19 de abril, tradicionalmente conhecida como Dia do Índio que, a partir de 2023, passou a ser designada como o Dia dos Povos Indígenas, segundo a publicação da Lei nº 14.402/2022. Norteando essa mesma discussão, a Fundação Nacional do Índio passou a ser designada como Fundação Nacional dos Povos Indígenas por meio da Medida Provisória nº 1.154/2023, mas manteve a sigla tradicional de FUNAI.

Ainda nos anos recentes, o termo “povos originários” vem substituindo o uso do termo “povos indígenas”. Entretanto, à época da pesquisa tal termo não havia se difundido e nas próximas páginas deste artigo, padronizaremos o termo “indígena” ou “povos indígenas”, em conformidade com as reflexões e conquistas de seus movimentos no Brasil, reconhecendo a diversidade, legitimidade e atualidade de suas pautas.

Metodologia

A abordagem metodológica utilizada é uma pesquisa qualitativa, pois se preocupa com a compreensão de um grupo social e sua representação presente nos materiais didáticos. Por conseguinte, o tipo de pesquisa utilizada é uma pesquisa bibliográfica, uma vez que busca por referências teóricas publicadas a fim de recolher informações ou conhecimentos prévios que correspondem com o problema investigado. (GERHARDT; SILVEIRA; 2009).

Nesse sentido, foram selecionadas obras produzidas e distribuídas entre as décadas de 1950 e 2010, adquiridas para a pesquisa por doação de bibliotecas em escolas ou de docentes, por compra em sebos ou pelo acervo pessoal dos pesquisadores. A tabela a seguir demonstra os livros didáticos que foram escolhidos aleatoriamente para a análise, conforme a disponibilidade destes.

Tabela 1: lista de livros didáticos investigados pela pesquisa.

Livros didáticos de Geografia			
Catálogo	Título	Autor e/ou Instituição	Ano
Livro A	O Brasil e suas Riquezas: Brasilogia	Waldemiro Potsch	1954
Livro B	Geografia do Brasil	Alcias Martins de Attayde	1954
Livro C	Terra Brasileira	Aroldo de Azevedo	1963
Livro D	Geografia – Estudos Sociais (6ª Série)	Instituto Brasileiro de Edições Pedagógicas (IBEP)	1972
Livro E	Estudos Sociais	Ciro Ramos	1979
Livro F	O Espaço Geográfico	Igor Moreira	1981
Livro G	Geografia – Telecurso 2º Grau	Fundação Roberto Marinho e Fundação Anchieta	1982
Livro H	Panorama Geográfico do Brasil	Melhem Adas	1985
Livro I	História e Geografia (6ª Série)	Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ)	1986
Livro J	Geografia (5ª Série)	Elian Lucci	1988
Livro K	Geografia Ativa (1º Grau)	Zoraide Beltrame	1991
Livro L	Geografia Nova – As Paisagens Brasileiras	Igor Moreira	1991
Livro M	Geografia – Homem & Espaço	Elian Lucci	1999
Livro N	Construindo a Geografia – O Brasil e os Brasileiros	Regina Araújo, Raul Guimarães e Wagner Ribeiro	1999
Livro O	Trilhas Geográficas	Eustáquio de Sene e João Carlos Moreira	2000
Livro P	Geografia (6ª Série)	Sônia Castellar e Valter Maestro	2001
Livro Q	Geografia	José da Silva e José Araújo	2002
Livro R	Construindo o Espaço Brasileiro	Igor Moreira	2002
Livro S	Construção o Espaço Geográfico Brasileiro	Melhem Adas	2006
Livro T	Projeto Araribá – Geografia (7º Ano)	Fernando Carlo Vedovate	2010
Livro U	Perspectiva Geográfica (7º Ano)	Cláudia Magalhães, Lilian Sourient, Marcos Gonçalves e Roseni Rudek	2012
Livro V	Geografia (7º Ano)	Fernando Sampaio e Marlon de Medeiros	2012
Livro W	Vontade de Saber – Geografia (7º Ano)	Neiva Torrezani	2015
Livro X	Expedições Geográficas (7º Ano)	Melhem Adas e Sérgio Adas	2015
Livro Y	Geografia – Espaço e Vivência (7º Ano)	Levon Boligan, Rogério Martinez, Wánessa Garcia e Andressa Alves	2015
Livro Z	Por Dentro da Geografia (7º Ano)	Wagner Costa Ribeiro	2018

Fonte: Os autores (2019).

A partir disso, foi analisado como esses materiais de ensino representam os povos indígenas, visando observar se há referência às contribuições socioculturais e se há propagação de ideias preconceituosas, além de verificar a adequação à legislação vigente na época de publicação e comparar as obras selecionadas para perceber as mudanças na abordagem da questão. Nesse sentido, também se propõe a refletir sobre o contexto histórico em que o autor se inseria na época da obra, uma vez que os estudos acerca dos indígenas mudaram consideravelmente e podem haver discrepâncias na comparação entre as obras antigas e atuais. Além disso, a legislação também passou por mudanças significativas, seja no âmbito educacional ou mesmo sobre os indígenas.

Sendo assim, foram estabelecidos dez parâmetros de análise, que nortearam toda a pesquisa nas obras educacionais, como está elencado na tabela a seguir.

Tabela 2: parâmetros de análise da pesquisa.

Parâmetros de análise	
Parâmetros	Descrição
Parâmetro 01	Há ideias preconceituosas que reforçam o estereótipo indígena?
Parâmetro 02	As imagens retratam os indígenas apenas nus, com adornos, em aldeias na natureza?
Parâmetro 03	São trabalhadas as estimativas, a demografia e as origens dos povos indígenas?
Parâmetro 04	A escravidão indígena é abordada?
Parâmetro 05	Os textos e as imagens retratam os indígenas como agentes sociais e políticos na atualidade?
Parâmetro 06	A questão das terras indígenas é trabalhada com clareza e análise político-social?
Parâmetro 07	A diversidade cultural das etnias indígenas é trabalhada?
Parâmetro 08	A espacialização geográfica e organização social dos povos indígenas, com mapas e comentários, são abordados?
Parâmetro 09	Há menção da FUNAI e outras políticas indigenistas?
Parâmetro 10	Os povos indígenas são apenas mencionados pelas obras?

Fonte: Os autores (2019).

A fim de melhor compor a análise das obras, optou-se por dividi-las em três períodos: os livros didáticos das décadas de 1950, 1960 e 1970, formam o 1º Período; os livros didáticos das décadas de 1980 e 1990, formam o 2º Período; e os livros didáticos das décadas de 2000 e 2010, formam o 3º Período. Na sequência, observamos a tabela que faz a divisão das obras escolares pesquisadas em cada período organizado, bem como há uma marcação com um “X” nos parâmetros em que o referido livro correspondeu à investigação.

Tabela 3: classificação dos livros didáticos nos parâmetros de análise.

*	*	Parâmetros de análise									
*	Livros	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
1º Período (1950-1970)	A ²										
	B			X				X			
	C	X	X					X			
	D	X									X
	E	X		X		X		X	X	X	
2º Período (1980-1990)	F		X								X
	G	X									X
	H			X	X	X			X	X	
	I										X
	J		X								X
	K		X								X
	L	X			X						X
	M	X	X	X			X	X		X	
3º Período (2000-2010)	N			X	X	X	X	X	X	X	
	O		X	X				X			
	P		X	X		X	X		X		
	Q			X	X	X	X	X		X	
	R		X					X			
	S			X	X	X	X	X	X	X	
	T			X	X	X	X	X	X	X	
	U	X		X		X	X	X	X	X	
	V		X	X	X	X	X	X		X	
	W			X		X	X	X	X	X	
	X			X	X	X	X	X	X	X	
	Y			X		X	X	X	X	X	
Z			X	X	X	X	X	X	X		

Fonte: Os autores (2019).

Interpretação dos resultados

Os livros didáticos do 1º Período (décadas de 1950, 1960 e 1970) traziam ideias generalizadoras e preconceituosas em relação aos povos indígenas, repercutindo os estudos científicos da época. Órgãos governamentais e institutos de pesquisa afirmavam que o indígena iria desaparecer nas décadas seguintes e que deviam assimilar a cultura nacional. Os povos indígenas eram vistos como empecilhos ao desenvolvimento do país, principalmente durante as grandes obras da integração nacional do regime militar.

À época, os povos indígenas ainda não eram reconhecidos pela Constituição Federal como cidadãos brasileiros; e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ainda não possuía a

² Único livro didático que não preencheu nenhum dos parâmetros, ignorando por completo os povos indígenas na interpretação do espaço geográfico brasileiro.

categoria de cor/raça para indígenas; ademais, essa população era colocada como tutela do Estado, não respondendo legalmente por si. Os livros didáticos repercutiram as ideias equivocadas sobre os povos indígenas, apesar de, na mesma época, haver trabalhos clássicos como os realizados por Curt Nimuendaju (1883-1945), Cândido Rondon (1895-1958) e Darcy Ribeiro (1922-1997), que abordavam a diversidade e importância dessas etnias no território nacional.

A ausência de conteúdos relacionados aos povos indígenas nos livros didáticos estava de acordo com a legislação educacional que, naquela época, não indicava a necessidade desse assunto estar presente nas obras, somado a isso com a teoria do desaparecimento dessa parcela da população. Termos racistas, como “selvagens” e “pré-históricos”, eram perpetuados pelas obras escolares da mesma forma que grande parte dos estudos científicos da época. Apesar de equivocados para a visão científica contemporânea, os livros estavam condizentes aos interesses políticos e econômicos da época de sua produção e denotam as concepções sobre indígenas que norteavam a produção de materiais didáticos até então.

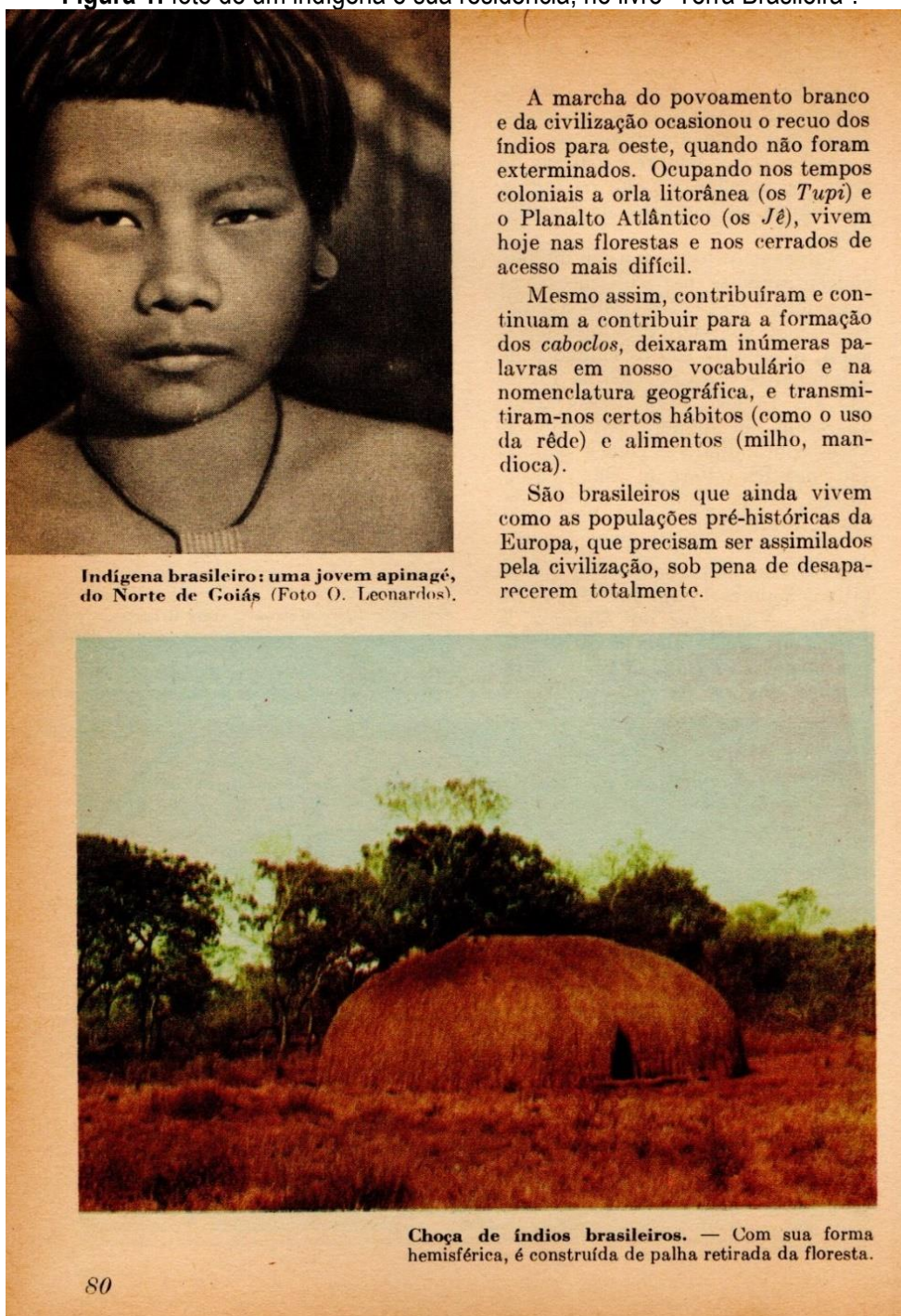
Após o panorama geral, analisaremos alguns casos que se destacam nesse período. O caso mais grave é a obra de Potsch (1954) que, entre todos os livros didáticos investigados pela pesquisa, foi o único que não preencheu nenhum dos parâmetros, não havendo menção alguma aos povos indígenas brasileiros, excluindo-os completamente dos estudos geográficos. Isso demonstra a indiferença científica alinhada com o governo, que ignoravam a presença indígena no Brasil e corroboravam para o “esquecimento” das etnias a fim de priorizar seus interesses particulares, como a posse pela terra e a valorização da população “civilizada”.

Em “Terra Brasileira”, Azevedo (1963) generaliza os indígenas ao afirmar que são habitantes “isolados” da Amazônia e que estão fadados ao “desaparecimento” caso não assimilarem a “cultura branca”. Também afirma que os povos indígenas e os negros possuem “aversão” um ao outro e, portanto, não possuem boa convivência. Chama-os de “selvagens” e “pré-históricos” e indica que os indígenas representam um “obstáculo ao progresso” no Brasil. Há apenas uma foto, de um indígena na floresta. Contudo, contraditoriamente, a obra cita a diversidade étnica dos povos indígenas, mencionando algumas etnias e suas contribuições culturais à sociedade brasileira.

Ao observarmos a Figura 1 a seguir, percebemos os motivos que levaram a obra a preencher os parâmetros 1, 2 e 7, que denotam a generalização, o preconceito, o estereótipo e a diversidade cultural. Ao colocar apenas uma foto de indígena na aldeia e também de uma oca como a residência padrão dos indígenas naquele formato, somado ao texto ao lado das fotos que os chama de “pré-históricos”, houve o reforço do estereótipo indígena como “não-civilizado” e “selvagem”, tratando-os com desrespeito à sua diversidade étnica, uma vez que aquele indígena não representa todas as

etnias, isto também não fora explicado, generalizado que todos são iguais e vivem da mesma forma nas aldeias.

Figura 1: foto de um indígena e sua residência, no livro “Terra Brasileira”.



Fonte: Azevedo (1963).

Por fim, a obra de Ramos (1979) demonstra uma clara tendência de alinhamento ao governo da época, uma vez que se trata da disciplina de Estudos Sociais (no regime militar, a disciplina surgiu

da junção da Geografia com a História). Além disso, percebe-se que há no livro didático em análise a exaltação ao patriotismo e nacionalismo, encobrindo dados e fatos referentes aos movimentos sociais indigenistas atuantes na mesma época. A obra generaliza as etnias indígenas como todas sendo “canibais”, usando o termo “selvagem” como sinônimo de indígena; inclusive, explica que os povos indígenas ainda vivem nas “selvas”. Considera os indígenas como “hostis ao branco civilizado” e afirma que irão “desaparecer” para, enfim, ocorrer o “branqueamento” da população. Ao estudar a escravidão no país, afirma que os povos indígenas não foram escravizados porque eram “atrasados” na cultura e não queriam trabalhar.

Não menciona nenhuma articulação das etnias com o governo, embora a resistência dos povos indígenas se fizesse presente, assim como o processo acelerado de avanço das fronteiras econômicas na região amazônica marcado pela violência e pressão sobre as terras indígenas. Em contrapartida, destaca a figura de dois indígenas na História da política nacional por ambos terem colaborado com Portugal na conquista do Brasil: tratam-se do cacique Araribóia³ e de Filipe Camarão (1580-1648). Isso demonstra uma clara tendência da obra escolar em corroborar com o discurso do governo em “apagar” as memórias e as articulações dos povos indígenas, valorizando apenas aqueles indígenas que estavam ao lado do governo na formação do país, em uma alusão a ideia de “civilizados x selvagens”; neste caso, os povos indígenas deixariam de ser “selvagens” caso aceitassem a cultura “civilizada” e colaborassem com os anseios do governo.

Nos livros do 2º Período (décadas de 1980 e 1990), foi possível observar uma mudança na linguagem, apesar de alguns livros ainda seguirem a metodologia do período anterior. Nesse período, o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) já havia encerrado sua gestão e estava em funcionamento o novo órgão indigenista, a FUNAI (desde 1967); os povos indígenas articularam-se politicamente no território para reivindicar a execução da lei de terras indígenas e o Estatuto do Índio (homologado em 1973); bem como exigindo a inserção do capítulo “Dos índios” na Constituição Federal (promulgada em 1988); além disso, iniciava-se o processo de identificação dos povos indígenas nos recenseamentos oficiais do IBGE (desde 1991).

Personalidades indígenas ganharam o cenário político em Brasília e também no exterior, com a divulgação internacional da violência e expropriação territorial sofrida. Os povos indígenas não estavam mais sob tutela do Estado e a ciência já não afirmava mais que estavam rumo ao desaparecimento. Dessa forma, os livros didáticos traziam a questão indígena sem termos preconceituosos e incluindo-os como cidadãos brasileiros, pela primeira vez, tal qual a nova Constituição.

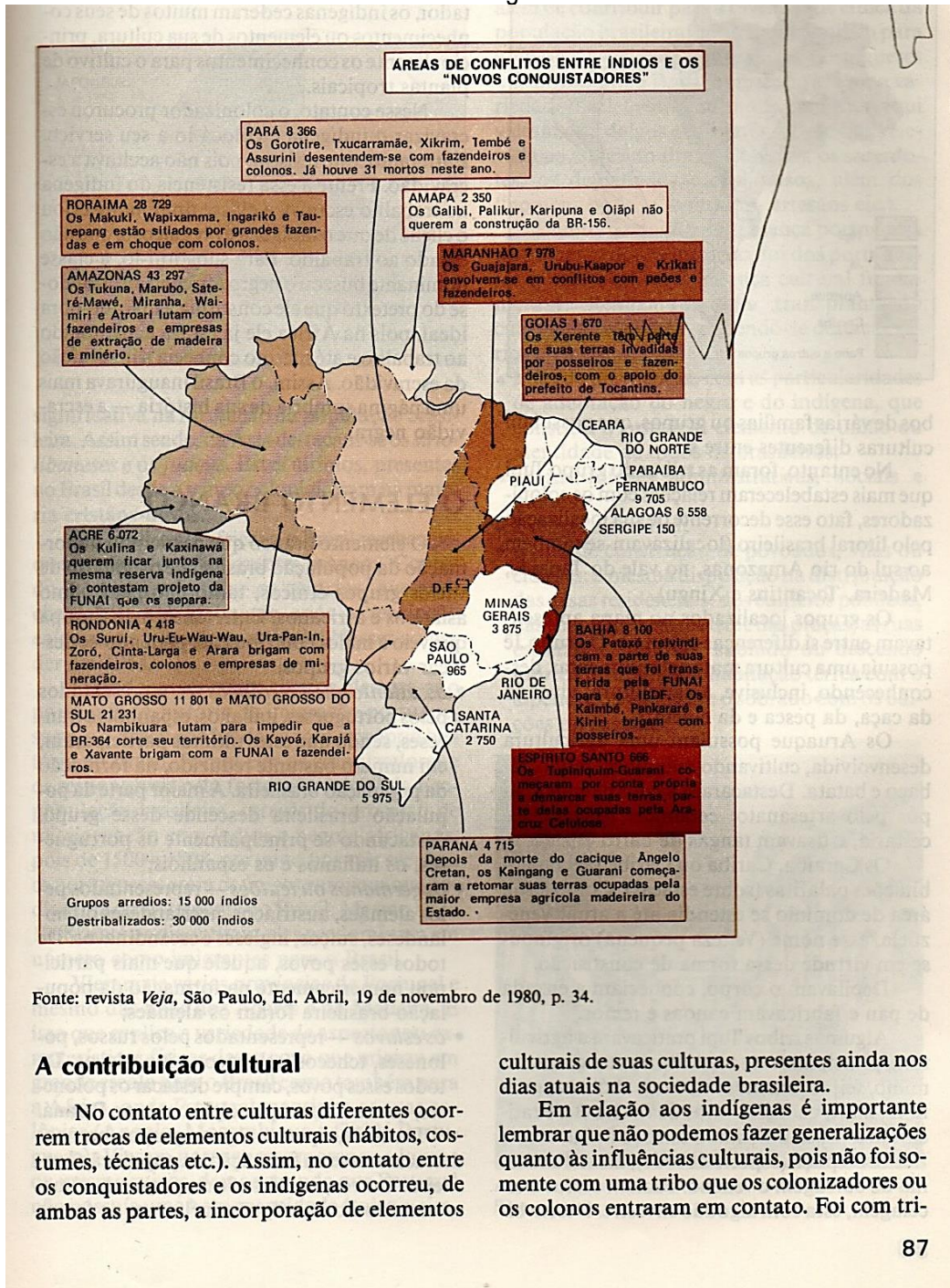
³ Não há fontes que confirmem sua data de nascimento, porém seu falecimento ocorreu em 1589.

Entretanto, enfocando mais na participação indígena na formação do Brasil e em suas contribuições culturais, encontra-se pouco destaque para os indígenas na atualidade e em suas ações geopolíticas. Os movimentos sociais já repercutiam alguma mudança na concepção dos livros didáticos, mesmo que ainda não houvesse a necessidade de trabalhar esses temas dentro da legislação educacional neste período. Porém, com as conquistas legais dos indígenas, principalmente na Constituição e no Estatuto, houve uma maior representatividade perante os órgãos governamentais e uma maior inserção na sociedade nacional. As obras escolares começaram a repercutir isso, mesmo que com pouca profundidade.

Analisaremos alguns casos específicos. O caso da obra em parceria das fundações Roberto Marinho e Padre Anchieta (1982), que preencheu apenas os parâmetros 1 e 10, é o mais problemático, uma vez que mostra o indígena de forma generalizante, afirmando categoricamente que estão “praticamente extintos” e ainda teoriza sobre o “branqueamento” da população, uma discussão equivocada que já estava superada pela ciência na época de publicação.

O capítulo sobre população brasileira, no livro didático de Adas (1985), já apresenta no título a indicação da “diversidade étnica”. Logo no início debate sobre dois assuntos complexos: a “democracia racial” e o “racismo”. Explica as várias correntes migratórias para a América e possui mapas e gráficos sobre as etnias indígenas, com comentários e discussões. Na Figura 2 em sequência, observamos um mapa dos conflitos em terras indígenas no Brasil, na disputa entre as comunidades tradicionais com a circunvizinhança pela posse e exploração da terra (agricultores, pecuaristas, garimpeiros, entre outros), que são denominados de “novos conquistadores”. Menciona lideranças indígenas que lutam e fazem frente às investidas do avanço violento por interesses econômicos, bem como cita os assassinatos de indígenas pertencentes a diversas etnias para enfraquecer a coesão social nas aldeias e expropriá-los das terras indígenas já conferidas pela FUNAI.

Figura 2: mapa dos conflitos entre indígenas e setores econômicos da sociedade pela posse de terras, no livro “Panorama Geográfico do Brasil”.



Fonte: revista *Veja*, São Paulo, Ed. Abril, 19 de novembro de 1980, p. 34.

A contribuição cultural

No contato entre culturas diferentes ocorrem trocas de elementos culturais (hábitos, costumes, técnicas etc.). Assim, no contato entre os conquistadores e os indígenas ocorreu, de ambas as partes, a incorporação de elementos

culturais de suas culturas, presentes ainda nos dias atuais na sociedade brasileira.

Em relação aos indígenas é importante lembrar que não podemos fazer generalizações quanto às influências culturais, pois não foi somente com uma tribo que os colonizadores ou os colonos entraram em contato. Foi com tri-

87

Fonte: Adas (1985).

Destaque à linguagem do livro, empática aos povos indígenas, bastante crítica e analítica das atitudes do governo e aos movimentos sociais indígenas. Contudo, apresenta apenas uma foto de indígena, já integrado na sociedade, nas atividades econômicas extrativistas. Preencheu os parâmetros 3, 4, 5, 8 e 9: trabalhou a demografia, a escravidão, a organização social e as políticas indigenistas,

bem como trouxe a visão desses povos como agentes sociais e políticos que transformam o espaço geográfico.

Outro destaque fica para o livro de Araújo, Guimarães e Ribeiro (1999), que preencheu os parâmetros 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9: estuda amplamente a demografia, a escravidão, as terras indígenas, a diversidade cultural, a espacialização geográfica das etnias e as políticas indigenistas, bem como propõe uma visão de indígena como agente social e político ao demonstrar as diferentes posições de indígenas na contemporaneidade, não atrelando sua figura ao passado, conduzindo a uma compreensão da evolução das culturas por intermédio da modernização do mundo, apesar de que ser indígena é uma questão de identidade étnica, independente se viver próximo às áreas naturais ou às áreas urbanas. Os autores conseguiram contribuir para os esclarecimentos de estereótipos, preconceitos e generalizações, oferecendo aos estudantes uma análise complexa e realista desta parcela da população brasileira.

Possui um amplo destaque no estudo dos povos indígenas na Geografia, inclusive apresentando a visão de algumas etnias sobre o que significa a palavra “Geografia” para eles. Apresenta uma representação cartográfica feita por um menino em uma aldeia, como demonstra a Figura 3, produção que denominamos como Etnocartografia ou também como Cartografia Social. O material didático apresenta mapas, fotografias e propõe atividades de reflexão sobre a redução da população indígena no Brasil com base nas estimativas e recenseamentos realizados desde 1500. Por fim, aborda com uma visão crítica e aprofundada com os prós e contras das ações da FUNAI e também o papel de algumas lideranças indígenas, algo incomum de ser encontrado em obras escolares.

Figura 3: cosmovisão indígena do mundo, no livro “Construindo a Geografia”.



Fonte: Araújo et. al. (1999).

Os livros didáticos do 3º Período (décadas de 2000 e 2010) corroboram com a homologação da Lei 11.645/2008, em que os povos indígenas passaram a ganhar amplo destaque nos livros didáticos de Geografia, uma vez que a lei torna obrigatório o ensino da cultura indígena e afro-brasileira nas escolas. Sendo assim, foi possível observar que as obras escolares de Geografia enfocaram a questão indígena com relação ao seu território e aos conflitos sociais ocorridos nas terras indígenas. Também analisam as transformações que as tecnologias ocasionam adentrando às aldeias ou, ainda, os indígenas que residem em regiões urbanas para o trabalho e o estudo. Buscam também compreender a visão dos indígenas sobre o que é a Geografia e o que significam as categorias de análise da ciência geográfica, valorizando assim os conhecimentos tradicionais.

Com a homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em 2017, os povos indígenas recebem destaque dentro da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (composta por

Geografia, História, Sociologia, Filosofia e Ensino Religioso). Por sua vez, os livros didáticos apresentam capítulos inteiros dedicados ao debate sobre as questões geopolíticas que envolvem a população indígena na atualidade do Brasil, pouco enfocando no passado e nas contribuições culturais. Isso ainda é mencionado, entretanto, o conhecimento acerca dos indígenas pela Geografia é mais amplo na contemporaneidade e os livros didáticos mais recentes enfocam isso em detrimento do estudo do passado.

Nenhum livro analisado desse período apresentou problemas de linguagem, como generalizações ou preconceitos; tampouco excluíram completamente o estudo da população indígena. A maior mudança observada foi a abordagem das questões indígenas ao longo de várias seções dos livros, apresentando-os como cidadãos brasileiros, com suas individualidades, mas que participam de uma gama de discussões geográficas.

Essa ideia busca mesclar o respeito pela cultura diferenciada das etnias indígenas em contrapartida com sua presença na composição da sociedade nacional em diversas questões (economia, política, cartografia, ecologia, entre outros). Estudos correlacionando a importância das terras indígenas para a preservação e/ou conservação do meio ambiente, em biomas como a Amazônia e o Cerrado, devido aos conhecimentos tradicionais dessas etnias em sua relação com a natureza, são essenciais para garantir a permanência dos povos indígenas em seus territórios. Por outro lado, os livros apontam os conflitos de interesses e a pressão dos grupos políticos e econômicos para impedir que novas terras indígenas sejam decretadas, deixando “livre” o território para exploração mineral e demais usos predatórios da terra.

Analisaremos alguns casos específicos. A obra de Boligian et. al. (2015) se destaca por ser o único, em toda esta pesquisa, a possuir um apêndice intitulado de “Caderno de Temas Especiais”, em que trabalha amplamente os povos indígenas, sua espacialização geográfica no Brasil e debate questões políticas. O livro didático preencheu os parâmetros 3, 5, 6, 7, 8 e 9, como se observa na Figura 4, em que houve o debate sobre os conhecimentos tradicionais de algumas etnias indígenas sobre a cosmovisão do significado de “território” e de “Geografia”, bem como sobre as atividades econômicas desenvolvidas por elas.

Figura 4: o “território” na cosmovisão indígena, no livro “Geografia – Espaço e Vivência”.

O território é a alma dos povos indígenas

Desde que os portugueses desembarcaram no Brasil, a história dos povos indígenas tem sido marcada pela luta em defesa da posse da terra, ou seja, de seus territórios.

Os indígenas consideram a terra como fonte de sustento, da qual retiram alimentos e matérias-primas para fabricar utensílios, adornos e medicamentos. Além disso, ela representa a morada dos espíritos dos antepassados, o que lhe confere um caráter sagrado. Portanto, para esses povos, é impossível viver sem seu território.

O texto abaixo ilustra o valor que a terra tem para os povos indígenas.

A terra para Kaingang significa uma mãe. A terra é aquela que dá alimento e água, igual à mãe que oferece o alimento de seu corpo para o seu filho, enquanto o branco pensa que a terra é um instrumento de gerar riqueza. Por isso é que ele não reconhece seu irmão, seu semelhante e discrimina cada vez mais aquele mais fraco que não tem condições de enfrentá-lo, de concorrer com ele. Nós não temos essa visão. Nós somos frutos dessa humanidade que tem muito amor pela natureza, muito amor pela terra.

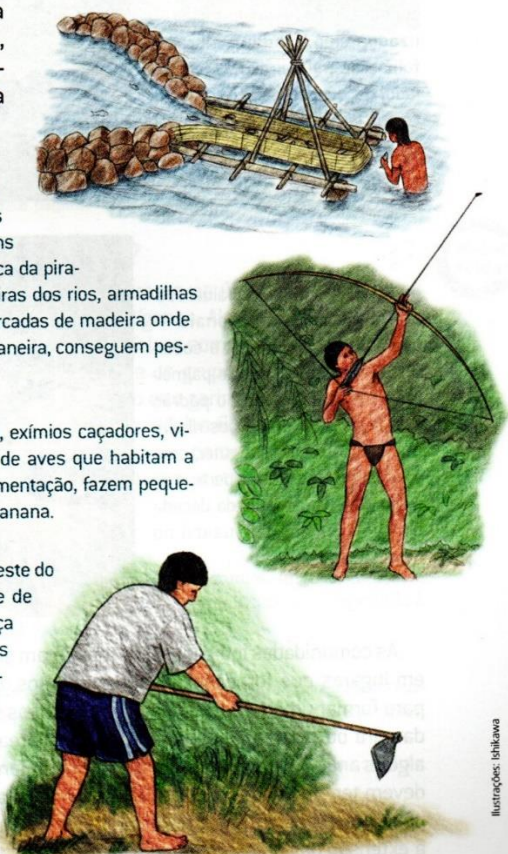
Pedro Sales, da nação kaingang. In: Egon Heck; Benedito Prezia. Povos indígenas: terra é vida. São Paulo: Atual, 1999. p. 42.

Cada povo indígena tem uma maneira própria de se relacionar com a natureza, retirando de seu território o que é necessário para a sobrevivência do grupo. Veja alguns exemplos.

A pesca é uma das mais importantes atividades de subsistência desenvolvidas pelos Desano, que habitam, principalmente, as margens do Rio Tiquié, no estado do Amazonas. Na época da piracema, os Desano constroem, junto às cachoeiras dos rios, armadilhas chamadas caiãs, que são grandes esteiras cercadas de madeira onde os peixes são encurralados e presos. Dessa maneira, conseguem pescar grande quantidade de peixes.

Diferentemente dos Desano, os Yanomami, exímios caçadores, vivem basicamente da carne de mamíferos e de aves que habitam a Floresta Amazônica. Para complementar a alimentação, fazem pequenas roças, onde cultivam mandioca, milho e banana.

Para os Guarani, que vivem no Sul e no Sudeste do país, e os Maxacali, que habitam o nordeste de Minas Gerais, não é mais possível viver da caça e da pesca, pois os ambientes naturais de suas regiões foram totalmente alterados pela sociedade não indígena. Atualmente, esses povos dependem da agricultura de subsistência que desenvolvem em suas terras, plantando basicamente milho, feijão e mandioca.



Ilustrações: Ishikawa

Fonte: Boligian et. al. (2015).

Os materiais escolares de Adas (2006) e Ribeiro (2018) foram os únicos desta pesquisa a possuírem um capítulo amplo exclusivo para a Geografia dos povos indígenas, com análise da territorialidade e ações políticas de 1500 até o ano de lançamento da obra. Ambas preencheram os mesmos parâmetros: 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9, que correspondem à estimativa e à demografia, à escravidão indígena, à geopolítica das terras indígenas, à diversidade cultural das etnias, à espacialização e

organização social, às políticas indigenistas e às imagens que representam o indígena como agente social e político do espaço.

O fato de possuírem um capítulo para a Geografia dos povos indígenas brasileiros representa um avanço na produção dos livros didáticos de Geografia no Brasil. Entre toda a pesquisa, uma parcela mínima realizou tal opção, que permite maior notoriedade e especificidade das questões indígenas. Apesar de ser impossível dentro da estrutura de um livro didático contemplar igualmente todos os conteúdos, ainda assim, as obras de Adas (2006) e Ribeiro (2018) merecem destaque nesta pesquisa por apresentarem a linguagem mais apropriada e as discussões geográficas mais amplas com relação à temática indígena.

A Figura 5 apresenta a variedade de temas trabalhados em apenas uma página do livro de Ribeiro (2018). Apesar do breve texto, ele apresenta a diversidade étnica dos povos indígenas, relacionando um mapa dos grupos que haviam no Brasil na época do “descobrimento” e comparando com um mapa atual dos grupos que existem hoje, separados por línguas. Importante observar também a fotografia utilizada, de um indígena enquanto docente universitário, oferecendo aos discentes uma reflexão acerca do que é ser indígena no século XXI, desmistificando também os estereótipos historicamente construídos sobre a modernização dos povos indígenas na sociedade.

Figura 5: análise político-social atual dos povos indígenas, no livro “Por Dentro da Geografia”.

2 Presença indígena no Brasil atual

O extermínio da população indígena teve início na colonização portuguesa e continuou mesmo depois de o Brasil ter se tornado um país independente. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), viviam no país em 2000 cerca de 734 mil indígenas. Em 2010, a população indígena passou a ser de 896,9 mil indígenas, composta por 305 **etnias** indígenas, que falam 274 idiomas, sendo que cerca de 17,5% não falam o português. Observe os mapas das figuras 4 e 5.

Etnia
Um povo, um grupo de indivíduos que possui especificidades quanto a língua, cultura e religião, por exemplo.

Figura 4. Brasil: grupos linguísticos de indígenas – século XV

Fontes: elaborado com base em GIRARDI, Jussara; ROSA, Jussara Vaz. *Atlas geográfico*. São Paulo: FTD, 2016. p. 48.

Figura 5. Brasil: população indígena e grupos linguísticos – 2013

Fontes: elaborado com base em GIRARDI, Jussara; ROSA, Jussara Vaz. *Atlas geográfico*. São Paulo: FTD, 2016. p. 48.

Integração e luta

Alguns povos indígenas estão integrados ao modo de vida das populações das cidades. Porém, isso não significa que abandonaram suas tradições. Há indígenas vendendo artesanato, exercendo atividades no comércio e na indústria, usando equipamentos eletrônicos, como alunos e professores em diferentes níveis de ensino (figura 6). Leia a seção *Olhar interdisciplinar*, na página 82.

Figura 6. Selvino Kókaj Amaral é o primeiro professor indígena na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Campinas (SP), 2018.

Contexto

- Observe o mapa da figura 4. Dentro da divisão política atual do Brasil, identifique os grupos linguísticos no estado onde você vive.
- Observe o mapa da figura 5 e responda: Qual era, em 2013, a participação dos povos indígenas no estado em que você vive?

Interprete

- Observe os dois mapas das figuras 4 e 5. Quais grupos linguísticos desapareceram? O que isso representa?

Os povos indígenas no Brasil - Capítulo 4 81

Fonte: Ribeiro (2018).

Reflexões finais

Os povos indígenas sempre sofreram com o preconceito, o estereótipo, a generalização e a desinformação. Desde a formação do Brasil até a contemporaneidade, os indígenas vivem em constante luta pelo reconhecimento de seus direitos, pelo exercício de sua cidadania e por respeito na sociedade. Os livros didáticos ainda representam um importante material de ensino e todas as escolas do país recebem milhões de exemplares do Ministério da Educação (MEC) com renovação,

geralmente, a cada quatro anos; e, muitas vezes, é o único livro que as crianças e adolescentes terão acesso para leitura em suas residências. Por meio do livro didático, o docente pode orientar suas aulas, não como única fonte de conhecimento, mas como um apoio e condução do ano letivo. Ao reunir os estudos dos povos indígenas com a composição dos livros didáticos de Geografia, foi possível observar uma variedade de informações que corroboram com as mudanças pelas quais estes dois fatores passaram no intervalo de tempo elencado na pesquisa.

A primeira consideração é a confirmação das concepções de Choppin sobre os livros didáticos que exercem funções ideológica e cultural, principalmente entre as décadas de 1950 e 1980, em que observamos uma linguagem com teor racista em alguns livros, com ideias equivocadas da realidade, fomentando na mentalidade dos estudantes uma visão incoerente com os fatos. Ainda nesse aspecto, observamos uma tendência das obras em apoiar atitudes violentas do governo contra os povos indígenas, principalmente no regime militar, justificando as ações em prol de um suposto progresso, encobrendo as articulações dos povos indígenas no território e sua participação na vida nacional. Por essas intenções, os materiais didáticos da época pouco se baseavam nos estudos humanistas e complexos sobre os povos indígenas, optando por um viés etnocêntrico, que afirmava o desaparecimento dessa parcela da população, a partir do “branqueamento” da população brasileira.

Na segunda consideração, mencionamos uma visão diversa apresentada pelas obras entre as décadas de 1990 e 2010. Não estão presentes afirmações preconceituosas, generalizações ou simplesmente a negação de sua existência. Com as mudanças nas legislações, os livros didáticos adotaram novas concepções e trouxeram aos docentes e discentes uma visão mais próxima da realidade aos povos indígenas e sua relação com a Geografia do país. É importante destacar que as obras escolares de Geografia, mesmo com as mudanças verificadas no decorrer das décadas, ainda apresentam problemas. A temática ocupa um espaço reduzido de reflexão nesses materiais, prejudicando a compreensão da importância dos povos indígenas enquanto agentes da produção do espaço brasileiro, sua inserção nas dinâmicas de ocupação e conflitos territoriais e sua diversidade como integrantes da sociedade brasileira.

Outro problema a ser superado está na reflexão dos problemas sociais enfrentados pelos povos indígenas para além dos conflitos em suas terras, como a baixa escolaridade; a pouca oferta de emprego; a segregação nas regiões urbanas; a questão de saúde e saneamento básico; a ação de grupos que buscam a conversão religiosa; a educação diferenciada indígena; as cotas para indígenas no Ensino Superior; entre outros temas. A importância geográfica de estudar e analisar os povos indígenas está no reconhecimento de sua importância como sujeitos sociais no passado, presente e futuro do espaço geográfico brasileiro, na sua dimensão material e cultural.

Uma educação que fomente a equidade social e que promova a emancipação cidadã de indivíduos, é necessária. A ciência geográfica vem se debruçando cada vez mais sobre temas socioespaciais, o que deve acarretar em pesquisas importantes para construção do entendimento do mundo. É necessário ter comprometimento no debate das questões dos povos indígenas, a fim de caminhar para uma justiça social, em que a educação seja um dos alicerces para se alcançar o respeito na convivência das diferenças, libertar da ignorância e destruir interesses obscuros e obtusos. O bom uso do livro didático e da busca de fontes diversas de conhecimento, revela a sabedoria do docente no exercício de seu magistério, sendo este um agente fundamental na construção do conhecimento.

Referências

- BRASIL, Fundação Nacional do Índio. *Coletânea da Legislação Indigenista Brasileira*. Brasília/DF: Coordenação-Geral de Desenvolvimento de Tecnologia, 2008, 817p.
- BRASIL, Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília/DF: MEC, 2017, 595p.
- BUENO, Magali. *O imaginário brasileiro sobre a Amazônia: uma leitura por meio dos discursos dos viajantes, do Estado, dos livros didáticos de Geografia e da mídia impressa*. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, 2002, 187p.
- CARNEIRO, Leonardo; ITABORAHY, Nathan; GABRIEL, Rafaela. *Territorialidades e etnografia: avanços metodológicos da análise geográfica de comunidades tradicionais*. In: Revista Ateliê Geográfico, Goiânia/GO, v. 7, n. 1, abr./2013, p. 81-101.
- CHOPPIN, Alan. *História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte*. In: Revista Educação e Pesquisa, São Paulo/SP, v. 30, n. 3, set./dez. 2004, p. 549-566.
- COLESANTI, Maria. *O Ensino de Geografia através do livro didático no período de 1890 a 1971*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro/SP, 1984, s/p.
- DEMIER, A.; PACHECO, A. C. M. *A invisibilidade da cultura indígena brasileira no espaço geográfico*. In: Anais do VII Congresso Brasileiro de Geógrafos, Vitória/ES, 2014, s/n.
- GERHARDT, Tatiana.; SILVEIRA, Denise. *Metodologia científica*. Porto Alegre/RS: Editora UFRGS, 2009, 114p.
- GUITES, Airton. *Geografia e livro didático: representação dos povos indígenas*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria/RS, 2019, 115p.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju*. Rio de Janeiro/RJ: Fundação Nacional Pró-Memória, 1987, 94p.
- JÚNIOR, Luiz. *A imagem do índio brasileiro nos livros didáticos de Geografia*. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Geografia Licenciatura Plena) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria/RS, 2006, s/p.
- MACÊDO, Celênia. *O índio como o outro: o desafio de construir uma identidade positiva a partir dos livros didáticos*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande/PB, 2009, 147p.
- MARCOS, Mariana. *“Índio genérico”: um estigma reforçado em sala de aula*. In: Anais do I Seminário Internacional dos Espaços da Fronteira, Marechal Cândido Rondon/PR, 2011, s/n.
- MELLATI, Júlio. *Índios do Brasil*, 7ª ed., São Paulo/SP: Editora Edunb Hucitec, 1993, 220p.
- NOSTELLA, Maria. *As belas mentiras subjacentes aos textos didáticos*. São Paulo/SP: Editora Moraes, 1981, 200p.

- OLIVEIRA, João; FREIRE, Carlos. *A presença indígena na formação do Brasil*. Brasília/DF: MEC/UNESCO, Coleção Educação para Todos, Série Vias dos Saberes n. 2, 2006, 268p.
- PEREIRA, Danielle; MIOTTO, Luis; NODA, Marisa. *Dialogando com os indígenas sobre a lacuna da fala indígena nos livros didáticos*. In: Revista História Hoje, São Paulo/SP, v. 7, n. 14, 2018, p. 41-62.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*, 2ª ed. São Paulo/SP: Companhia das Letras, 1995, 477p.
- RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização*, 1ª ed. São Paulo/SP: Companhia das Letras, 1970, 559p.
- ROJO, Roxane. *Livros em sala de aula – modo de usar*, p. 35-43. In: BRASIL, Ministério da Educação. *Materiais didáticos: escolha e uso*. Brasília/DF: MEC, 2005, 63p.
- SILVA, Aracy; GRUPIONI, Luís. *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º grau*. Brasília/DF: MEC/MARI/UNESCO, 1995, 575p.
- VESENTINI, José; VLACH, Vânia. *Geografia Crítica*, 4ª ed., São Paulo/SP: Ática, 2001, 184p.
- VESENTINI, José. *Geografia e ensino: textos críticos*. Campinas/SP: Pirus, 1989, 202p.
- VEDOVATTO, Marjana. *Desafios da temática indígena na geografia: uma perspectiva descolonial*. In: Anais do XVIII Encontro Nacional de Geógrafos, São Luís/MA, 2016, s/p.
- VITIELLO, Márcio. *A Geografia censurada: cercamentos à produção e à distribuição de livros didáticos*. Curitiba/PR: Editora Appris, 2018, 227p.